

BALANÇO PATRIMONIAL | APROVADO E PUBLICADO

BALANCE SHEET | APPROVED AND PUBLISHED

BALANÇOS PATRIMONIAIS (VALORES EXPRESSOS EM REAIS)						
	Notas Explicativas	FUNDAÇÃO		CONSOLIDADO		
		2016	2015	2016	2015	
Ativo Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa - recursos próprios	5(a)	502.278	268.735	579.246	268.735	
Caixa e equivalentes de caixa - recursos restritos	5(b)	3.692.714	3.457.213	3.692.714	3.457.213	
Clientes	6	256.923	779.638	317.254	779.638	
Convênios e subvenções a receber		-	147.405	-	147.405	
Estoques	7	350.387	780.737	617.082	780.737	
Outros créditos	8	379.126	440.749	430.580	440.749	
		5.181.428	5.874.477	5.636.876	5.874.477	
Não circulante						
Investimentos coligada	24	-	30.000	-	30.000	
Imobilizado	9	5.806.575	5.846.873	5.806.575	5.846.873	
Intangível	10	90.650	147.976	90.650	147.976	
		5.897.225	6.024.849	5.897.225	6.024.849	
Total do ativo		11.078.653	11.899.326	11.534.101	11.899.326	
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante						
Fornecedores		348.742	884.543	389.694	884.543	
Fornecedores de convênios e leis de incentivo		93.728	-	93.728	-	
Salários e encargos sociais		310.916	552.650	493.745	552.650	
Provisões de férias e encargos	4(g)	442.712	711.828	740.053	711.828	
Convênios, subvenções e leis de incentivo a realizar	13	3.309.937	4.060.805	3.309.937	4.060.805	
Projetos próprios a realizar	14	306.099	54.800	306.099	54.800	
Financiamentos		239.167	353.118	244.534	353.118	
Outros débitos		-	54.000	2.385	54.000	
		5.051.301	6.671.744	5.880.175	6.671.744	
Não circulante						
Receitas diferidas		74.770	74.770	74.770	74.770	
Obrigações trabalhistas		160.174	160.174	160.174	160.174	
Financiamentos a longo prazo		110.000	-	110.000	-	
		344.944	234.944	344.944	234.944	
Patrimônio líquido						
Patrimônio social	11	4.992.738	6.565.139	4.992.638	6.565.139	
Superávit / (Déficit) do exercício	12	689.670	(1.572.501)	616.344	(1.572.501)	
		5.682.408	4.992.638	5.608.982	4.992.638	
Total do passivo e patrimônio líquido		11.078.653	11.899.326	11.534.101	11.899.326	

NOTAS EXPLICATIVAS (VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

1. Contexto operacional: A Fundação Dorina Nowill para Cegos é uma fundação sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, com atividade preponderante nas áreas de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência visual, de modo a promover sua integração à vida comunitária, escritura de 11/03/1946, registro no 11º Tabelião de São Paulo nº 2650 Livro A5 no registro de PI do 1º Ofício de Títulos e Documentos. inscrita no CNPJ sob número 60.507.100/0001-30. Utilidade Pública Federal Decreto 40.969 de 15/02/1957, registrada no ONAS conforme processo nº 246212/69, portadora de CEBAS conforme Portaria nº. 75/2015, item 72 de 24/06/2015, tendo sido publicada no Diário Oficial da União de 29/06/2015, a presente portaria concedeu validade assegurada de 01/01/2015 à 31/12/2017. De acordo com o artigo 4º de seu estatuto, a Fundação Dorina Nowill para Cegos, observando o princípio da universalidade, tem por objetivo: facilitar a inclusão social de pessoas com deficiência visual, respeitando as necessidades individuais e sociais, por meio de produtos e serviços especializados. A Fundação é controladora desde 12 de fevereiro de 2016 da DMA Editora e Soluções em Acessibilidade S/A, inscrita no CNPJ sob número 24.155.170/0001-03, que tem como objeto social: I – Produção, industrialização, edição, impressão, distribuição, divulgação e comércio, por qualquer mídia e meio, de livros em formato braile, audiolivros e livros digitais e de material gráfico acessível para pessoas com deficiência visual; II – Prestação de serviços de assessoria e consultoria empresarial em acessibilidade; III – Produção, comércio e indústria de materiais tiflográficos; e IV – Outras atividades correlatas relacionadas a acessibilidade.

2. Apresentação das demonstrações contábeis:

Demonstrações contábeis individuais da Fundação: As demonstrações contábeis de 2016 da Fundação foram adotadas a Lei nº 11.638/2007 e a Lei nº 11.941/09, que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a ITC 2002 R1, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucro e a Lei 12.868/2013. Desde 2014, com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB e Deliberação CVM nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CFC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, reconhecendo a citada revisão do IAS 27, as demonstrações financeiras individuais da Controladora passaram a estar em conformidade também com as IFRS. **Demonstrações contábeis consolidadas:** As demonstrações contábeis consolidadas da Fundação foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretados emitidos pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCP”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração em 26 de abril de 2017.

3. Formalidade da escrituração contábil resolução 1.330/11 (nbc itg 2000): A Fundação mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas na ECD - Escrituração Contábil Digital. A documentação contábil da Fundação é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiem ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A Fundação mantém em boa ordem a documentação contábil.

4. Principais práticas contábeis adotadas: a) **Caixa e Equivalentes de Caixa:** Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/10 (NBC – TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC nº 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. b) **Aplicações de Liquidez Imediata:** As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço. c) **Ativos circulantes:** Contas a receber de clientes – As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado. d) **O Imobilizado e Intangível se apresentam pelo custo de aquisição ou construção.** As depreciações são calculadas pelo método linear a taxas anuais que levam em consideração a vida útil estimada daqueles e seu valor residual. A adoção da vida útil econômica foi efetuada para o setor produtivo e tecnológico da Fundação. e) **Provisões:** Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido. f) **Prazos:** Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes. g) **Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. h) **Despesas e Receitas:** Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência. i) **Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Fundação use de julgamento na determinação e no registro de

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXAS (VALORES EXPRESSOS EM REAIS)						
	2016	2015	FUNDAÇÃO		CONSOLIDADO	
			2016	2015	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Superávit / (Déficit) do período	689.670	(1.572.501)	616.344	(1.572.501)		
Ajustado por:						
Depreciações e amortizações	768.389	838.290	768.389	838.290		
Outros	100	78.535	100	78.535		
Superávit / (Déficit) do período ajustado	1.458.159	(655.676)	1.384.733	(655.676)		
Varição dos ativos						
Clientes	522.715	(240.700)	462.384	(240.700)		
Convênios e subvenções a receber	147.405	(57.750)	147.405	(57.750)		
Estoques	430.350	1.217.922	163.655	1.217.922		
Outros créditos	61.623	(75.029)	10.169	(75.029)		
Varição dos passivos						
Fornecedores	(442.073)	599.579	(401.121)	599.579		
Salários e encargos sociais	(241.734)	(101.711)	(58.905)	(101.711)		
Provisões de férias e encargos	(269.116)	(62.639)	28.225	(62.639)		
Convênios, subvenções e leis de incentivo a realizar	(750.868)	(1.135.908)	(750.868)	(1.135.908)		
Projetos próprios a realizar	251.299	-	251.299	-		
Outros débitos	(54.000)	54.000	(51.615)	54.000		
Fluxo de caixa (consumido) e gerado pelas atividades operacionais	1.113.760	(457.912)	1.185.361	(457.912)		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos						
Investimentos coligada	30.000	(30.000)	30.000	(30.000)		
Varição líquido de imobilizado	(670.765)	(527.734)	(670.765)	(527.734)		
Fluxo de caixa (consumido) e gerado pelas atividades de investimentos	(640.765)	(557.734)	(640.765)	(557.734)		
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos						
Financiamentos	(3.951)	(422.511)	1.416	(422.511)		
Fluxo de caixa (consumido) e gerado pelas atividades de financiamentos	(3.951)	(422.511)	1.416	(422.511)		
(Diminuição) e aumento em caixas e equivalentes de caixas	469.044	(1.438.157)	546.012	(1.438.157)		
Saldo inicial de caixas e equivalentes de caixas	3.725.948	5.164.105	3.725.948	5.164.105		
Saldo final de caixas e equivalentes de caixas	4.194.992	3.725.948	4.271.960	3.725.948		
(Diminuição) e aumento em caixas e equivalentes de caixas	469.044	(1.438.157)	546.012	(1.438.157)		

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS (VALORES EXPRESSOS EM REAIS)						
	Notas Explicativas	FUNDAÇÃO		CONSOLIDADO		
		2016	2015	2016	2015	
Receitas operacionais						
Com restrição						
Projetos patrocinados	13(a)	461.489	1.848.760	461.489	1.848.760	
Lei rouanet e Proac	13(b)	4.854.828	3.470.995	4.854.828	3.470.995	
Convênios e subvenções	14	639.123	522.174	639.123	522.174	
		5.955.440	5.841.929	5.955.440	5.841.929	
Sem restrição						
Doações e campanhas	15	5.140.917	6.055.049	5.140.917	6.055.049	
Venda de bens e serviços	16	3.262.158	2.051.631	1.394.512	2.051.631	
Locação		16.800	20.240	16.800	20.240	
Outras receitas		545.784	300.214	545.784	300.214	
Isenção da cota patronal	17	1.254.170	1.627.912	1.254.170	1.627.912	
Trabalho voluntário	18	549.834	687.598	549.834	687.598	
Gratuidades recebidas	19	2.469.577	1.629.714	2.469.577	1.629.714	
		13.239.240	12.372.358	11.371.594	12.372.358	
Total das receitas		19.194.680	18.214.287	17.327.034	18.214.287	
Despesas operacionais com restrição						
Desp. com projetos patrocinados	13(a)	(461.488)	(564.312)	(461.488)	(564.312)	
Gratuidade dos serviços assistenciais	13(b) e 14	(1.587.167)	(1.055.900)	(1.587.167)	(1.055.900)	
Execução de convênios	13(b) e 14	(3.906.785)	(921.659)	(1.995.281)	(921.659)	
		(5.955.440)	(2.541.871)	(4.043.956)	(2.541.871)	
Sem restrição						
Pessoal, encargos e benefícios	22 a	(3.058.047)	(6.100.360)	(3.547.563)	(6.100.360)	
Despesas administrativas	22 b	(3.725.956)	(5.951.490)	(1.572.501)	(5.951.490)	
Contrapartida de uso de imóvel	21	(13.203)	(895)	(13.203)	(895)	
Impostos, taxas e contribuições		(8.676)	-	(35.428)	-	
Depreciação e amortização		(768.389)	(864.260)	(768.389)	(864.260)	
Isenção da cota patronal	17	(1.254.170)	(1.627.912)	(1.254.170)	(1,627.912)	
Trabalho voluntário	18	(549.834)	(687.598)	(549.834)	(687.598)	
Contrapartida gratuidades recebidas	19	(2.469.577)	(1.629.714)	(2,469.577)	(1,629.714)	
		(11.845.852)	(16.862.229)	(12,257.372)	(16,862,229)	
Total das despesas		(17,801,292)	(19,404,100)	(16,301,308)	(19,404,100)	
Superávit/(Déficit) antes do resultado financeiro		1,393,388	(1,189,813)	1,025,726	(1,189,813)	
Resultado financeiro	23	(703.717)	(382.688)	(409.382)	(382.688)	
Superávit / (Déficit) dos períodos		689.670	(1.572.501)	616.344	(1.572.501)	

DEMONSTRAÇÕES DE SUAS MUDAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

FUNDAÇÃO	Patrimônio so ial	Ajust : de avaliação patrimonial	Reserva de doações	Superávit/(Déficit) do período	Totais
Saldo em 31 de dezembro de 2014	6.794.411	64.773	1.196.416	(1.490.891)	6.565.139
Incorporação ao patrimônio social	(1.490.891)	-	-	1.490.891	-
Incorporação ao patrimônio social	64.773	(64.773)	-	-	-
Incorporação ao patrimônio social	1.196.416	-	(1.196.416)	-	-
Déficit do período	-	-	-	(1.572.501)	(1.572.501)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	6.565.139	-	-	(1.572.501)	4.992.638
Incorporação ao patrimônio social	(1.572.531)	-	-	1.572.501	-
Superávit do período	689.670	-	-	-	689.670
Ajustes de exercícios anteriores	00	-	-	-	100
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.992.38	-	-	-	5.682.408
CONSOLIDADO	Patrimônio so ial	Ajust : de avaliação patrimonial	Reserva de doações	Superávit/(Déficit) do período	Totais
Saldo em 31 de dezembro de 2014	6.794.411	64.773	1.196.416	(1.490.891)	6.565.139
Incorporação ao patrimônio social	(1.490.891)	-	-	1.490.891	-
Incorporação ao patrimônio social	64.773	(64.773)	-	-	-
Incorporação ao patrimônio social					

379.126 440.749 430.580 440.749

9. Imobilizado

Table with columns for 2016 and 2015, sub-columns for Adições, Baixas, Saldo final, and Saldo final. Rows include Móveis e utensílios, Máquinas e equipamentos, Veículos, Matrizes, Biblioteca, Equipamentos de informática, Instalações, and Imobilizado em andamento.

10. Intangível

Table with columns for 2016 and 2015, sub-columns for Adições, Baixas, Saldo final, and Saldo final. Rows include Software e programas and Movimentação das amortizações.

11. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acessado do resultado do exercício ocorrido, os bens recebidos através de doações patrimoniais e o ajuste de avaliação patrimonial considerado, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado.

12. Resultado do período: O superávit do período (déficit em 2015), em atendimento aos objetivos estatutários e aos dispositivos legais vigentes a Resolução 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 Item 15, será incorporado ao Patrimônio Social.

13. Convênios, Subvenções e Leis de Incentivos a Realizar: Para a contabilização de suas subvenções governamentais e recursos incentivados, a Fundação atendeu a Resolução nº 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC que aprovou a NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais. São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais e têm como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Fundação presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação à disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Fundação e as despesas de acordo com suas finalidades. A Fundação, para a contabilização de suas subvenções governamentais, atendeu a Resolução CFC nº 1.305/10.

a. Fundacj | Palestras Inclusivas 032/2015 SMDHC: Este projeto visa realizar atividades de sensibilização, informação e orientação por meio de 50 palestras educativas para um total de 1.500 professores da rede de ensino do município de São Paulo, que atuam com alunos de 0 a 17 anos de idade e a distribuição de 1.000 kits de material de apoio, promovendo condições de melhor atuação do corpo docente junto aos alunos com deficiência visual, favorecendo assim o processo de inclusão social. Aprendendo com o Centro de Memória: 030/2015 SMDHC: O projeto busca oferecer 216 visitas educativas à exposição "E tudo começou assim: ações positivas e histórias que mudaram a vida das pessoas com deficiência visual" do Centro de Memória Dorina Nowill para cerca de 8.640 crianças e adolescentes das escolas e organizações do município de São Paulo, além da produção e distribuição de material educativo acessível sobre a exposição. Inclui também realizar 4 exposições em 4 CEUs do município de São Paulo acompanhados de palestras e workshops a respeito dos temas abordados da exposição

b. Secretaria Municipal da Cultura: Subvenção nº 01/2014/SMC processo nº 2002-0.089.371-4 - Produção de 30 títulos em braille e 30 títulos falados, distribuídos para biblioteca Louis Braille do município de São Paulo e para as bibliotecas indicadas pela Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas das Sec. Munic. Da Cultura.

c. Secretaria dos Direitos Humanos: Convenio nº 793501/2013 - Realização de 6 cursos de qualificação em técnicas de orientação e mobilidade para pessoas com deficiência visual, executadas nas seguintes cidades: Manaus, Belém, Brasília, Goiabá, Natal e Fortaleza. Serão beneficiados 180 profissionais da área da saúde e educação.

d. Lei Rouanet: Lei de incentivo que proporciona ao patrocinador/doador o desconto proporcional ao fomento e valor aplicado. O projeto de captação através deste incentivo (R) tem por objetivo proporcionar aos deficientes visuais a leitura de livros no formato acessível (braile/falado/daisy) de títulos exigidos em vestibulares, para cultura e lazer e outros. Além desses projetos patrocinados tem proporcionado aos deficientes visuais mais distantes do território nacional a oportunidade de ler títulos atualizados.

13. Convênios, Subvenções e Leis de Incentivos a Realizar (continuação)

Table with columns for Saldo em 31/12/2015, Repasse, Gastos, Transferências, Devolução, and Saldo em 31/12/2016. Rows include Projeto SANUSUNG, Fundação Prada, Projeto IHF, Instituto OMETTO, and various projects like PROJAC, PRONAC 13, PRONAS, PRONAC Regionais, PRONAC 15, and b) Lei Rouanet e Projac.

4.060.805 4.649.140 (5.316.316) 15.600 (99.292) 3.309.937

14. Projetos próprios a realizar:

Table with columns for Saldo em 31/12/2015, Repasse, Gastos, Transferências, and Devolução. Rows include Secretaria Municipal Cultura, FUMCAD, Sec.Direitos Humanos da Pres.Rep, and CONDECA.

15. Doações e campanhas:

As doações e campanhas contribuem para a realização dos serviços de atendimento aos deficientes visuais, assim como nos processos de doação de livro não patroc.

Table with columns for 2016 and 2015, sub-columns for 2016 and 2015. Rows include Campanhas e eventos, Doativos bancários, Nota fiscal paulista, Doativos em espécie, IMESP / sucatas, and IHF.

16. Vendas de serviços:

Table with columns for 2016 and 2015, sub-columns for 2016 and 2015. Rows include Impressão, transcrição e vendas, Cursos, palestras e treinamentos, Gravação digital, livro falado, Publicações, Consultoria, revisão e áudio descrição, and (-) Custos dos serviços e mercadorias.

17. Contribuições Sociais - Isenção Usufruid: Conforme o artigo 29 da Lei nº 12.101/09, entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei no 8.212/91.

18. Trabalho Voluntário: Conforme Resolução nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 R Item 19, a Fundação reconhece pelo valor justo da prestação do serviço não remunerado do voluntário. O valor a ser realizado está registrado em conta específica e reconhecida na receita e na despesa no montante de R\$ 549.834 (R\$ 687.598 em 2015).

19. Gratuidades recebidas: A Fundação reconhece pelo valor justo da prestação do serviço não remunerado de divulgação em rádio. O valor a ser realizado está registrado em conta específica e reconhecida na receita e na despesa.

Table with columns for 2016 and 2015, sub-columns for 2016 and 2015. Rows include Fundação casper libero, Rádio cultura, Rádio alta FM, Rádio mix, and Rádio antena 1.

20. Assistência Social - Gratuidades concedidas: Os serviços de assistência social desenvolvidos pela Fundação são atividades de proteção social nas Políticas Nacional de Assistência Social (PNAS), Decreto nº 6.308/07, Resolução do CNAS nº 109/09 e Resolução CNAS nº 16/10, e por esse motivo está inscrita no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e como consequência, por esse regulamentados. A Fundação possui vínculo com a rede SUAS e para isso teve como requisitos: 1- prestar serviços, projetos, programas ou benefícios gratuitos, contínuos e planejados, sem qualquer discriminação; 1I - quantificar e qualificar suas atividades de atendimento, assessoramento e defesa e garantia de direitos, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social; 1II - demonstrar potencial para integrar-se à rede sócio assistencial, ofertando o mínimo de 60% da sua capacidade ao SUAS; e 1V - disponibilizar esses serviços nos territórios de abrangência dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS. 20.1 - Formalização dos Projetos Sociais: A Instituição possui registro no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. A Fundação, no desenvolvimento de suas ações socioassistenciais, formaliza em cada Projeto Social: os objetivos deste; origem de recursos; infraestrutura, tipificando os serviços a serem executados (conforme Resolução do CNAS nº 109/09 e Decreto nº 6.308/07); público-alvo, capacidade de atendimento, recurso financeiro utilizado, recursos humanos envolvidos, abrangência territorial e demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas para essa participação nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento do projeto.

a. O Deficiente na Universidade: O projeto tem como objetivo prover todas as pessoas com deficiência visual no ensino médio, vestibulares, universitários e profissionais liberais por meios e ferramentas para estudo e pesquisa em todo território nacional, criando e disponibilizando diversos títulos de dicionários, acadêmicos e de referência para que a pessoa com deficiência visual tenha sua disposição material de qualidade e que permita maior independência no desenvolvimento de seus estudos e atividade profissional e pessoal. No exercício de 2015, 1.289 novos títulos para 458 deficientes visuais em todo o território nacional. Em 2015 526 novos títulos para 881 deficientes visuais. A partir de 2016, devido a LBI (Lei Brasileira de Inclusão), as editoras são obrigadas a fornecerem todos seus livros em formato acessível.

b. Habilitação e Realimentação de Def. Visuais: Os programas de habilitação e realimentação desenvolvidos pelos Serviços Especializados da Fundação Dorina Nowill para Cegos visam o desenvolvimento pessoal, por meio do incentivo à aprendizagem, à adaptação social, a orientação às famílias, às escolas e às empresas, com o objetivo de promover a independência e a autonomia de todas as pessoas com deficiência visual (cegos ou com baixa visão) de todas as faixas etárias e de todo o Brasil. No exercício de 2015 realizamos 23.779 mil atendimentos e 953 pessoas foram reabilitadas e em 2016 realizamos 27.763 mil atendimentos

e 1.128 pessoas foram reabilitadas.

21. Contrapartida de uso de imóvel: De acordo com o Termo de Convênio nº 302/2008 com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, a Fundação Dorina Nowill para Cegos ofereceu como contrapartida à permissão de uso do imóvel sito à Rua Dr. Diogo de Faria, 558 - Vila Clementino - SP - Cursos para professores e educadores e atendimento educacional especializado gratuito, sendo duas (2) turmas do curso "O aluno com Baixa Visão no Ensino Regular" com a participação de 40 professores e gestores da Rede Municipal de Ensino.

22. Desdobramento de itens da demonstração do resultado do período:

Table with columns for FI NDAÇÃO and CON SOLIDADO, sub-columns for 2016 and 2015. Rows include Salários, Férias, Décimo terceiro, FGTS e INSS, Refeição, Assistência médica, Outros, Despesas administrativas, Correio, Telefone, Veículos, Conservação e reparos, Água, gás e luz, Sistemas, Segurança e limpeza, Assessoria e serviços, Comunicação e divulgação, Promoções e eventos, Materiais para produção, and Outros.

23. Resultado Financeiro

Table with columns for FI NDAÇÃO and CON SOLIDADO, sub-columns for 2016 and 2015. Rows include Rendimentos de aplicação financeira, Variação monetária, Despesas bancárias, Juros Passivos, and Outros.

24. Partes Relacionadas: Participação da Fundação sobre a DNA Editora e Soluções em Acesso Líquido S/A:

Table with columns for 2016 and 2015. Rows include Participação da Fundação no Capital %, Participação da Fundação no Capital, Resultado do período da DNA, Resultado da equivalência patrimonial do período, Participação da Fundação no Capital %, Participação da Fundação no Capital, Resultado do período da DNA, and Resultado da equivalência patrimonial do período.

A participação na DNA é avaliada pelo método de equivalência patrimonial. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, houve um registro de equivalência patrimonial no montante de R\$ 289.535.

25. Imunidade tributária: A Fundação Dorina Nowill para Cegos é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988. Esses valores foram registrados em contas patrimoniais específicas e reconhecidas como receita e despesa nos períodos apurados. 25.1. Característica da Imunidade: A Fundação Dorina Nowill para Cegos é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º do CTN, e, por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- a Instituição é regida pela Constituição Federal;
- a imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- não há o direito (Governar) de instituir, nem cobrar tributo.

26. Seguros contratados: Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Fundação Dorina Nowill para Cegos efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros.

Seguro Predial - apólice 953002790 - vencimento 03/11/2017
Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores E Diretores (D&O) - apólice - 517720163Q100000178 - vencimento 16/05/2017

São Paulo, 31 de dezembro de 2016.
Alexandre Munck Superintendente CPF - 178.235.238-41
Rogério Gerlach Paganatto Contador CRC SP 131987/0-3 | CRC ZSP 023806/0-0

PARECER CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação Dorina Nowill para Cegos no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em concordância com o relatório dos auditores independentes emitido pela AUDISA Auditores Associados, que examinaram as Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, com base nas verificações detalhadas nos documentos e relatórios apresentados para exame, concluíram que as Demonstrações Financeiras da Fundação Dorina Nowill para Cegos representam adequadamente a posição financeira e o resultado das operações do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Eduardo Oliveira CPF 790.919.628-87 Fernando Augusto Trevisan CPF 292.331.408-57 Marcelo Jose Pires Barbosa CPF 063.934.218-35

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Opinião Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS, identificadas como Fundação e Consolidado que compreendem o balanço patrimonial, em 31/12/2016, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31/12/2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31/12/2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção seguinte intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriremos com as mesmas responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase - Investimento em controlada. Chamamos a atenção para Nota Explicativa 1 às demonstrações contábeis, que descreve o início das operações da controlada DNA Editora e Soluções em Acessibilidade S/A. A entidade controlada no exercício de 2016 apresentou déficit de R\$ 363.000. A Administração da Entidade estará adotando todas as medidas necessárias para reverter o resultado deficitário e iniciar um estudo a fim de verificar a viabilidade econômica das operações. Outros Assuntos: Demonstração do valor adicionado A demonstração individual do valor adicionado (OVA) referente ao exercício findo em 31/12/2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou a sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade sobre a supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos cuidado profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação de fatos intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade ou sua controlada. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do, ou plano, da administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação das entidades ou entidades de negócios do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 26 de abril de 2017

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS CRC/SP 25P.024298/0-3

Alexandre Chiarotti do Nascimento - Contador CRC/SP 187.003/0-0 - CNAI - SP - 1620